



Universidade de Brasília - UnB

Instituto de Psicologia

Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos,
no contexto da Diversidade Cultural

JOSELI VALIM DE FIGUERÊDO MARTINS GOMES

**A INCLUSÃO DO ESTUDANTE ESPECIAL EM CLASSES
REGULARES**

Brasília – DF

2015

JOSELI VALIM DE FIGUERÊDO MARTINS GOMES

A INCLUSÃO DO ESTUDANTE ESPECIAL EM CLASSES
REGULARES

Monografia apresentada a Universidade de Brasília (UnB) como requisito para obtenção do grau de Especialista em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural

Professor Orientador: Prof Msc. Fabiany Glaura Alencar E
Barbosa

Brasília – DF

2015

Gomes, Joseli Valim de Figuerêdo Martins

A inclusão do estudante especial em classes regulares / Joseli Valim de Figuerêdo Martins Gomes.- Brasília, 2015.

Monografia (especialização) – Universidade de Brasília, Instituto de Psicologia – EaD, 2015

Orientador: Prof^a Msc. Fabiany Glaura Alencar e Barbosa

1. A necessidade ou não da inclusão do estudante especial em classes do ensino regular.

JOSELI VALIM DE FIGUERÊDO MARTINS GOMES

A INCLUSÃO DO ESTUDANTE ESPECIAL EM CLASSES
REGULARES

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural do (a) aluno (a)

Joseli Valim de Figuerêdo Martins Gomes

Prof^a Msc. Fabiany Glaura Alencar e Barbosa
Professor-Orientador

Prof Msc. Eric de Sales
Professor-Examinador

Brasília, 14 de novembro de 2015

Dedico este trabalho principalmente aos meus alunos mais que especiais, que me inspiram e me proporcionam tanta alegria e satisfação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela vida, ao meu esposo que tanto me apoiou no decorrer de mais uma caminhada, à tutora Cândida e à orientadora Fabiany pela dedicação e auxílio durante as atividades desenvolvidas, à Universidade de Brasília, ao Instituto de Psicologia e ao MEC por meio da SECADI que viabilizaram o curso e aos colegas de trabalho pelo empenho e auxílio durante a aplicação do projeto.

"Sem a Educação das Sensibilidades, todas as
Habilidades são tolas e sem sentido"

(Rubem Alves)

RESUMO

O trabalho a seguir procurou expressar de forma clara e objetiva o processo de inclusão dos alunos especiais em classes regulares sob um ponto de vista mais abrangente e que oportunizasse a expressão das mais diversas opiniões, principalmente dos autores diretamente envolvidos nesse processo. As políticas públicas que defendem a inclusão total, nem sempre estão baseadas nos sentimentos dos principais envolvidos. Dessa forma, o trabalho procurou gerar momentos de reflexão sobre as necessidades ou não da inclusão dos alunos especiais às classes regulares. Estas reflexões teriam como principal objetivo, expor as verdadeiras angústias, os temores e as expectativas de pais, alunos e professores do Centro de Ensino Especial 01 de Taguatinga com relação a uma obrigatoriedade de inclusão. Assim, a idéia principal estaria em analisar os benefícios e os prejuízos possíveis no caso de uma inclusão obrigatória principalmente dos alunos maiores de 15 anos de idade matriculados no Programa de Oficinas Pedagógicas do CEE 01 de Taguatinga ao ensino regular. Para tanto, lançou-se mão de recursos como entrevistas e reuniões que pudessem expressar esses sentimentos, contando com resultados bastante positivos e a oportunidade de esclarecimentos muito úteis para todos os envolvidos.

Palavras-chave: inclusão- desenvolvimento- potencialidades- deficiência

LISTA DE TABELAS

| | |
|-----------------------------|----|
| Tabela 1 – Cronograma | 27 |
|-----------------------------|----|

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEE- Centro de Ensino Especial

EJA- Educação de Jovens e Adultos

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| 1. INTRODUÇÃO | |
| 1.1. Problema/Problematização..... | 09 |
| 1.2. Justificativa..... | 10 |
| 1.3. Objetivos | |
| 1.3.1. Objetivo geral..... | 12 |
| 1.3.2. Objetivos específicos..... | 13 |
| 1.4. Metodologia..... | 13 |
| 2. FUNDAMENTAÇÃO..... | 18 |
| 2.1. Base legal da educação Inclusiva..... | 18 |
| 2.2. Escola Inclusiva: conceitos e questões..... | 20 |
| 2.3. Direitos Humanos e Educação Inclusiva..... | 23 |
| 3. AÇÕES INTERVENTIVAS..... | 25 |
| 4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DO PROCESSO DE INTERVENÇÃO..... | 29 |
| 5. COMENTÁRIOS FINAIS..... | 35 |
| REFERÊNCIAS..... | 37 |

1. INTRODUÇÃO

1.1. Problema/ Problematização

Sabemos que a inclusão é uma realidade em nossas escolas, sejam elas públicas ou particulares. O modelo educacional da atualidade nos propõe uma redução e até a extinção das escolas exclusivamente especiais.

A questão é: Nossas escolas estão preparadas, sejam em sua estrutura física, seja na formação e preparo psicológico de seu quadro de servidores para receber esses estudantes de modo positivo para todos os envolvidos? Partindo do pressuposto de que o trabalho pedagógico precisa ter o estudante como foco principal, quais os reais ganhos pedagógicos e sociais para o mesmo? Os estudantes matriculados nos Centros de Ensino Especial possuem as condições mínimas necessárias para frequentar uma escola regular? Essa inclusão seria benéfica para todos os estudantes? As escolas especiais são realmente excludentes? Por quê? Há uma real necessidade de extingui-las completamente?

O Centro de Ensino Especial 01 de Taguatinga, convive há muitos anos com essas dúvidas, oriundas principalmente de pais e professores, pois diante de um trabalho completamente voltado a atender as necessidades específicas dos alunos ali matriculados, podemos formular questões que colocam em dúvida a eficácia de uma inclusão obrigatória. Incluí-los seria realmente uma garantia de seus direitos, ou apenas uma satisfação social diante dos novos paradigmas do mundo moderno e em resposta às inúmeras considerações acerca dessa necessidade de inclusão?

Esses questionamentos partem de reflexões diárias, que surgem meio ao convívio com estudantes matriculados tanto em escolas especiais como inclusos no ensino regular, gerando uma constante preocupação com o fato de como e por que exatamente estão sendo incluídos. Dessa forma faz-se necessária a discussão e reflexão acerca do assunto, de modo a buscar uma solução que atinja beneficentemente a todos os envolvidos no processo educativo.

1.2. Justificativa

A inclusão de estudantes especiais em classes de ensino regular é hoje uma realidade em nossas escolas. Todo estudante com necessidades especiais tem o direito de frequentar uma escola regular, assim como todo estudante regular o tem de conviver e aprender com as diferenças.

A inserção da pessoa com deficiência dentro da sociedade sempre gerou grandes polêmicas e conflitos desgastantes, além de muitas incertezas. Dessa maneira, chegamos a um momento social em que percebemos a inclusão como uma ação necessária, mas diante de tantas dúvidas, como fazer com que todos se beneficiem dela de forma plena? Existe um real preparo para que sociedade possa promover uma real inclusão?

Partindo então dessa lógica, podemos perceber que a abordagem do tema faz com que se destaque diretamente a garantia dos direitos da pessoa humana, sendo a temática bastante pertinente ao curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos no contexto da Diversidade Cultural. Ora, se por um lado a pessoa com deficiência possui o direito de conviver com os demais, esse direito não pode se restringir a inclusão escolar, mas também em todos os segmentos de sua vida, ou seja, o direito da pessoa com deficiência precisa ir além das questões que envolvem a escola, já que ela precisa ter garantia acessibilidade, de respeito e de convívio com os demais participantes da sociedade. Uma inclusão forçada e a qualquer preço, garantiria esses direitos à pessoa humana, seja ela com deficiência ou não? Não há dúvidas quanto à necessidade de se incluir, porém é preciso que essa colocação social da pessoa com deficiência obedeça ao direito de convivência num meio que a faça se sentir segura e confiante, onde suas necessidades sejam privilegiadas e suas potencialidades exaltadas, não importando se esse local consiste em uma escola regular ou especial.

Uma escola regular tem, para muitos estudantes, as condições necessárias para fazer com que esse estudante especial se desenvolva em sua plenitude, enquanto que esse mesmo estudante em uma escola especial poderia sofrer prejuízos pedagógicos e sociais irreversíveis. Por outro lado, outros com características específicas, ao ser incluso em uma escola de ensino regular, também poderia ter prejuízos vários.

Pensemos no fato de que o estudante, seja ele especial ou não, consiste em um ser único, onde o professor precisa analisá-lo como uma individualidade, dentro de suas particularidades. Ocorre que, o estudante especial muitas vezes precisa deste olhar ainda mais individualizado, devido a suas limitações e especificidades.

Fala-se muito dos Centros de Ensino Especial como um local excludente, quando o que se deveria colocar são os benefícios que esses alunos estariam recebendo, independente da forma como estão agrupados.

Acabar com as escolas especiais, seria lançar muitos desses estudantes à própria sorte, já que as escolas nem sempre estariam preparadas para recebê-los de modo a atendê-los em suas reais necessidades. Nesse caso, os estudantes maiores de 15 anos seriam os mais atingidos em suas especificidades, pois caso ocorra uma inclusão obrigatória ao ensino regular, quem receberá esses alunos? Serão alunos da Educação de jovens e adultos e é justamente nesse ponto que se encontra o maior problema. A EJA vivencia dificuldades inclusive para evitar a evasão dos estudantes destinados a tal modalidade de ensino, então imaginemos com mais esse desafio. Poderia consistir no verdadeiro caos da EJA? A evasão escolar poderia ser evitada? Teríamos condições para receber esses estudantes de modo a respeitar suas particularidades e trabalhar em prol de seu desenvolvimento integral? Os ganhos desse estudante seriam superiores aos obtidos numa escola especial? É realmente de se duvidar.

Em contra partida, podemos afirmar que deixar de incluir também seria um retrocesso, já que muitos alunos, além do direito dessa interação, garantidos por lei, possuem reais condições e necessidades de convivência com os demais, de modo a gerar benefícios mútuos a todos os atores do processo educacional.

O projeto não se propõe a defender uma linha contra a inclusão, mas sim o contrário, visto que procura defender uma inclusão responsável e com base no desenvolvimento do aluno seja ele especial ou não. Uma inclusão justa deve garantir a todos mais benefícios que aqueles oferecidos por escolas e classes especiais. O contrário disso não será inclusão e sim a simples permanência do aluno especial nas classes regulares.

Dessa forma, diante da complexidade do assunto e da abrangência que o mesmo poderá alcançar, o estudo será específico, e tratará da possibilidade de inclusão dos alunos maiores de 15 anos atendidos no Programa de Oficinas Pedagógicas do Centro de Ensino Especial 01 de Taguatinga. O local e o tipo de

estudante que servirá como objeto de pesquisa foi escolhido com base na vivência direta com tal realidade e a partir principalmente das queixas e temores de tais envolvidos acerca da possível extinção das escolas especiais. A intenção é a de formalizar essas opiniões de modo que, em algum momento, possa servir de argumentos futuros para a defesa da qualidade na educação especial e ao próprio sistema de ensino.

Percebe-se que, apesar dos muitos anos de permanência dos alunos do CEE 01 na escola em questão, poucas foram as oportunidades oferecidas para que a comunidade escolar pudesse se expressar e colocar de maneira clara e franca o que realmente pensa da escola e do processo de inclusão. Nesse ponto o estudo, além de proveitoso, poderia ser uma inovação diante do que já foi desenvolvido dentro da escola em prol da garantia dos direitos dos alunos por oferecer as bases seguras para uma discussão que possa gerar reflexões aprofundadas acerca dos benefícios ou prejuízos de uma inclusão imposta e que possa não corresponder às reais necessidades de cada estudante envolvido nesse processo.

Dessa maneira, para se atingir os objetivos propostos, a pesquisa pretende ouvir as partes interessadas nesse processo de inclusão ouvindo assim, suas opiniões, medos, angústias e expectativas.

O projeto então será organizado de modo a abranger os benefícios da inclusão de estudantes especiais nas escolas regulares, bem como da necessidade de existência das escolas e classes especiais para o melhor atendimento do estudante cujo perfil não seja compatível com os atuais modelos de inclusão aplicados no país. A ênfase se dará aos alunos maiores de 15 anos matriculados nas Oficinas Pedagógicas do CEE 01 de Taguatinga

1.3. Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

Analisar os benefícios gerados pela inclusão ou não, de estudantes com necessidades especiais em classes do ensino regular, com destaque nos alunos maiores de 15 anos matriculados nas Oficinas Pedagógicas do CEE 01 de Taguatinga.

1.3.2. Objetivos Específicos

Compreender a necessidade da inclusão de estudantes especiais em classes regulares;

Diferenciar os mais variados aspectos a serem observados para o encaminhamento de estudantes especiais para a inclusão nas classes regulares;

Refletir sobre a prioridade do estudante especial em classes inclusivas sem, no entanto descartar totalmente a questão das classes e escolas especiais.

1.4. Metodologia

A educação especial no Distrito Federal, desde a década de 1970, vem procurando empregar esforços para definir ações que viabilizem o atendimento de estudantes portadores de algum tipo de deficiência. Esse atendimento, porém, se dava basicamente por meios da individualização, segregação, normalização e integração. Na década de 1990, portanto, começa a ser revisto esse processo de integração com uma perspectiva na inclusão. Desde então passa a ser um dos principais objetivos do ensino público de Distrito Federal, o de fazer da inclusão uma realidade, onde a diversidade seja utilizada para o aprimoramento do trabalho sócio pedagógico.

Atualmente, a Educação Especial no Distrito Federal se encontra organizada sob a forma de Centros de Educação Especial, classes especiais dentro das escolas regulares e classes regulares inclusivas. As crianças nascidas já com o diagnóstico de alguma deficiência são imediatamente encaminhadas ao atendimento de estimulação precoce. Aos 4 anos de idade a criança é matriculada no ensino regular, para posteriormente, se houver necessidade, ser novamente encaminhada a uma classe especial ou ao Centro de Educação Especial mais próximo de sua residência.

Por se tratar de uma pesquisa tanto exploratória como muitas vezes descritiva, é preciso buscar todas as informações necessárias para que se chegue a uma conclusão. Por isso as fontes aqui apresentadas nesse momento são de

caráter documental, extraídas do Projeto Político Pedagógico do Centro de Ensino Especial 01 de Taguatinga e de documentos individuais dos estudantes matriculados na instituição em questão. Dessa forma, os dados aqui apresentados representam um caráter tanto quantitativo quanto qualitativo visto que consegue estabelecer uma relação entre o desenvolvimento dos alunos dentro de uma proporcionalidade direta com os dados.

O Centro de Ensino Especial 01 de Taguatinga está situado na QNJ 20, Área Especial 12. Sua área total é de 25.200 m² e sua área construída é de 5.984,54 m². Está situado na cidade satélite de Taguatinga.

O Centro de Ensino Especial 01 de Taguatinga (CEE 01) constitui uma das modalidades de atendimento em Educação Especial previstas na legislação, Portaria 69/86 do MEC e Resolução 02/76 do Conselho de Educação do Distrito Federal, e define-se como uma instituição especializada no atendimento educacional aos Estudantes com Necessidades Especiais. Para desenvolver suas atividades conta com profissionais qualificados, utiliza-se na ação pedagógica o currículo funcional ou adaptado, quando couber, para estudantes com Transtorno Global do Desenvolvimento, Deficiências Múltiplas e Deficiências Intelectuais. Oferta, também, atendimentos interdisciplinares para estudantes matriculados no Centro e complementar para aqueles que foram inclusos em classes especiais e retornam ao Centro para participar de projetos metodológicos específicos. Consiste em uma unidade escolar que presta atendimento local e funciona como polo colaborador de conhecimentos especializados na educação especial, bem como apoia a comunidade escolar da região onde está situado. Apresenta-se como mediador e articulador das discussões pedagógicas entre os profissionais da educação especial e da instituição educacional comum, tornando-se um espaço de troca de experiência, conhecimento e formação continuada contribuindo, assim, com o processo de inclusão.

A Instituição contempla no seu corpo discente estudantes com limitações significativas no funcionamento intelectual e comportamento adaptativo, sendo expressas nas habilidades sociais, funcionais, conceituais, práticas, baixa acuidade visual, perda auditiva ou diminuição da capacidade de percepção normal dos sons e estudantes com manifestações de transtorno global do desenvolvimento, cujos quadros psicológicos, neurológicos ou psiquiátricos ocasionam atraso no desenvolvimento e no relacionamento social em grau que requeira atendimento

especializado. Essa clientela é proveniente de Taguatinga, Samambaia, Recantos das Emas, Riacho Fundo I e II, Águas Claras, Águas Lindas, Santo Antônio do Descoberto, Ceilândia, Riacho Fundo I e II, Santa Maria e Parque da Barragem. O Programa de Atendimento Pedagógico Especializado desenvolvido no CEE compõe-se de cinco etapas:

Etapa 1 – para estudantes com quatro a cinco anos;

Etapa 2 – para estudantes com seis a oito anos;

Etapa 3 – para estudantes com nove a dez anos de idade;

Etapa 4 – para estudantes com onze a quatorze anos de idade e;

Etapa 5 – para estudantes acima de quinze anos de idade cronológica.

As etapas contemplam estudantes com Deficiências Múltiplas, Deficiências Intelectuais e Transtornos Globais do Desenvolvimento. O Programa de Atendimento Interdisciplinar contempla estudantes a partir de quatro anos de idade cronológica e abrange o Programa de Educação Física Especial e das áreas de Arte, Educação Ambiental e Informática. O Programa de Oficinas Pedagógicas destina-se aos estudantes com diferentes deficiências, atendidos no Currículo Funcional, com perfil para as oficinas sócio motivacionais com idade a partir de quinze anos.

O Serviço de Orientação para o Trabalho (SOT) para estudantes das oficinas pedagógicas, do Projeto Interventivo da EJA, e da inclusão, com idade superior a quinze anos. O Atendimento Educacional Especializado Complementar destina-se aos estudantes incluídos em Classe Comum e Projeto Interventivo da EJA, Integração Inversa, Classe Especial, Classe Bilíngue e Unidade Especial, nas áreas de Arte, Educação Ambiental, Informática e Educação Física, com idade a partir de quatro anos. O Atendimento Educacional Especializado Alternado destina-se aos estudantes Impossibilitados de frequentar todos os dias letivos, horários diários e semanais, atendidos com a proposta do currículo funcional ou adaptado, quando couber.

A pesquisa, por se tratar de algo de caráter específico, se reportará principalmente aos alunos com idade igual ou superior a 15 anos de idade, matriculados no Programa de Oficinas Pedagógicas do CEE 01 de Taguatinga. Alunos estes com os mais variados tipos de deficiência (deficiência intelectual, deficiência auditiva, deficiência múltipla e transtorno global do desenvolvimento), contando com um total de 60 estudantes matriculados e 58 frequentes. A maioria

dos estudantes da área já frequentaram o ensino regular tendo entretanto, retornado ao Centro de Ensino Especial pelos mais diversos motivos. Por se tratar de alunos com os mais variados tipos de deficiência são atendidos nas mais variadas áreas do conhecimento tanto dentro de sala de aula como em atendimentos interdisciplinares.

Atividades interventivas

- Leitura preliminar das pastas dos estudantes das Oficinas Pedagógicas no turno vespertino, de modo a colher informações sobre o histórico de cada um, seus diagnósticos e processos de aprendizagem evidenciados ao longo da vida escolar de cada um;
- Entrevista com professores do Centro de Ensino Especial 01 com vista a questionar os benefícios e malefícios da inclusão dos estudantes de Oficinas Pedagógicas em classes regulares de EJA;
- Levantamento dos anseios ou receios dos pais em relação à possibilidade de inclusão de seus filhos às classes regulares de EJA;
- Análise e comparação entre os estudantes que já passaram pelo ensino regular com aqueles que contam com toda sua vida escolar no Centro de Ensino Especial.

A partir dos dados coletados com as pesquisas preliminares, deverá se estabelecer um paralelo entre os benefícios e malefícios da inclusão obrigatória, bem como a necessidade de se promover os mais variados esforços para viabilizar o processo de inclusão com vistas na diversidade como fator de promoção da cidadania e do cumprimento dos direitos humanos.

Diante das informações levantadas acerca do histórico acadêmico, bem como de seus diagnósticos psicopedagógicos, deverá ser realizadas algumas reuniões com pais e professores visando o debate acerca da problemática que se tem presenciado no Centro de Ensino Especial 01 de Taguatinga, onde sua continuidade tem sido ameaçada, ao mesmo tempo em que a inclusão vai se tornando uma realidade cada vez maior.

Desses debates pretende-se retirar sugestões para possíveis reformulações no atendimento da escola, bem como para uma melhor preparação para uma

inclusão com vista em reais benefícios pedagógicos a todos os estudantes com deficiência.

Dessa maneira, a proposta seria de um trabalho coletivo entre todos os agentes envolvidos no âmbito da educação especial, de modo a propor diretrizes mais eficazes para um fazer pedagógico que melhor se enquadre às necessidades individuais dos estudantes.

2. Fundamentação

A Educação Especial vem sendo discutida há décadas, de modo a proporcionar a todos os alunos com alguma deficiência uma educação de qualidade e que promova o pleno desenvolvimento do indivíduo, buscando respeitar suas particularidades e suas limitações. Nessa perspectiva, temos então a Educação Inclusiva propondo que pessoas com deficiência sejam educadas em modo conjunto com as demais pessoas que compõem a sociedade.

Essa proposta de inclusão, portanto, da forma como se estrutura atualmente, nem sempre contempla a todos os estudantes com deficiência, o que se faz necessário uma série de análises e considerações, de modo a buscar estratégias que visem o atendimento global e eficiente para determinadas especificidades encontradas principalmente em escolas especiais.

Desse modo buscaremos analisar essa modalidade de ensino de forma a esclarecer as questões mais pertinentes, utilizando para isso as bases legais e teóricas que abordam o assunto e questões relacionadas.

2.1. Base legal da educação inclusiva

No Brasil, podemos perceber uma busca constante em ressignificar a Educação Especial de modo a defini-la como “uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o Atendimento Educacional Especializado, disponibiliza os serviços e recursos próprios desse atendimento e orienta os alunos e seus professores quanto a sua utilização nas turmas comuns do ensino regular” (Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, SEESP-MEC, 2008)

De acordo com o Currículo em movimento da Educação Básica do DF, em seu volume dedicado exclusivamente à Educação Especial, a mesma, na perspectiva da educação inclusiva, fundamenta-se em princípios de equidade, de direito à dignidade humana, na educabilidade de todos os seres humanos, independentemente de comprometimentos que possam apresentar em decorrência de suas especificidades, no direito à igualdade de oportunidades educacionais, à liberdade de aprender e de expressar-se, e no direito de ser diferente. Desse modo,

faz-se necessário que as políticas públicas sejam voltadas ao cumprimento de tais fundamentos, de modo a garantir os direitos de todo e qualquer estudante.

Desse modo as bases legais se fundamentam desde a constituição de 1988 que garante em seu texto a legitimação da oferta de atendimento educacional especializada a todos os estudantes com necessidades especiais a ser realizada preferencialmente no ensino regular, de modo a garantir uma educação obrigatória e gratuita e que vise o “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. O termo “preferencialmente”, presente no texto, esclarece a grande intencionalidade da educação inclusiva sem, portanto extinguir a Educação Especial. Nesse sentido, a educação inclusiva vem numa intenção de transformar a Educação Especial, gerando maiores possibilidades didático pedagógicas aos estudantes com deficiência.

O ponto de partida efetivo para a construção da educação inclusiva se dará, portanto, a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos (Organização das Nações Unidas- ONU, 1948) e na Declaração de Salamanca (Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura- UNESCO, 1994).

A LBDEN apresenta a Educação Especial como uma modalidade de educação que deve ser ofertada a pessoa com deficiência em todos os níveis e modalidades de educação, não devendo assim ser substituída ao ensino regular, determinando ainda que poderão ser oferecidos se necessário, o serviço de atendimento especializado (Brasil, 1996).

O Conselho Nacional de Educação e a Câmara de Educação Básica (CNE/CEB) em sua resolução 02/2001, acrescenta as Diretrizes Nacionais para a Educação de Alunos que apresentem Necessidades Educaionais na Educação Básica, onde estabelece que sejam assegurados os serviços de atendimento especializado para as famílias e comunidade escolar. Define ainda a institucionalização do Atendimento Educacional Especializado e a necessidade de que o mesmo passe a integrar o projeto político pedagógico da escola, prevendo a participação da família e ainda a elaboração do Plano de Atendimento Educacional Especializado por parte do professor especializado, enfatizando-se o caráter pedagógico das salas de recursos.

A Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, através do decreto 6.949/2009 altera o conceito de deficiência, onde “pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental,

intelectual ou sensorial, que, em interação com diversas barreiras, podem construir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (Corde, 2008)

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva vem com o papel de redefinir a Educação Especial de modo a ampliar seus objetivos e orientar os sistemas de ensino a garantirem acesso ao ensino regular com participação, aprendizagem e continuidade em níveis mais elevados de ensino, desde a educação infantil até a educação superior, assim como a oferta de Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Assim, a Educação Especial, numa perspectiva de educação inclusiva, consiste em promover o direito de educação a todos. Desse modo visa a garantia de uma educação justa e igualitária, que promova os meios mais adequados de aprendizagem e de desenvolvimento pleno das potencialidades do estudante dentro do contexto da diversidade.

2.2. Escola inclusiva: conceito e questões

Sabemos que a educação é uma das formas de participação social. Isso significa que todo cidadão em idade escolar deve ter acesso a ela, não importando suas diferenças e particularidades. É a escola, portanto que deve se adaptar a todas as diferenças existentes entre seus estudantes e qualificar-se para atendê-los em suas necessidades. Incluir consiste em permitir que a pessoa com deficiência participe e interaja no contexto do qual faz parte. É preciso possibilitar-lhe o crescimento e o desenvolvimento pleno de suas capacidades. Isso consiste a verdadeira inclusão, visto que ela é muito mais que o simples atendimento, representando o combate à separação e à exclusão.

Para Marchesi, (2004), O conceito de “necessidades educativas especiais” começou a ser usado na década de 60. Para ele, essa expressão reflete o fato de que os “alunos com deficiência ou dificuldades significativas de aprendizagem” podem apresentá-las de forma variável, tanto no tempo quanto na gravidade. Outra característica do conceito necessidades educativas especiais- NEE tem o caráter relativo e contextual. Isso significa reconhecer que a questão da deficiência não se esgota nela mesma, mas implica outras dimensões, como, por exemplo, a inserção

social do deficiente, seu acolhimento por parte da sociedade, etc. Marchesi, (2004), ao reportar-se ao ambiente social, afirma: “Os problemas de aprendizagem dos alunos são determinados, em grande medida, por seu ambiente familiar e social e pelas características da própria escola”.

Nessa mesma perspectiva, esclarece Pires (2002) quando se refere a esses sujeitos, abrangendo, de modo amplo, desde aqueles denominados “alunos problemas”, por não se dedicarem à tarefa escolar, sendo impertinentes, desobedientes, até aqueles alunos com síndromes ou outros comprometimentos orgânicos ou neurológicos que afetam áreas como: percepção sensorial, capacidade de pensar, capacidade de relacionar-se com outros ou com o ensino e alunos com deficiência física.

Ora, uma educação inclusiva precisa privilegiar o aluno e para isso, essa inclusão não tem que ser necessariamente na escola regular, porém com a falta de recursos indispensáveis para que ocorra uma inclusão verdadeira, ela precisa iniciar muitas vezes nas escolas e classes especiais. O fato de frequentarem uma escola especial, não impede que uma inclusão social seja feita gradativamente até que se obtenham as condições para a permanência na escola regular.

Como afirma Padilha (2004) “juntar crianças em sala de aula não lhes garante o ensino, não lhes garante escola cumprindo o seu papel, não lhes garante aprendizagem e, portanto, não lhes garante desenvolvimento”.

Sabemos que a boa vontade dos professores e sua preparação são condições necessárias, mas não suficientes para garantir uma escola inclusiva. Marchesi (2004) apresenta uma visão semelhante ao comentar que criar escolas inclusivas requer muito mais que boas intenções, declarações e documentos oficiais. Requer que a sociedade, escolas e professores tomem consciência das tensões e organizem condições para criação de escolas inclusivas de qualidade. Além disso, para este autor, a preparação do professor também se constitui condição necessária para o processo de inclusão dos alunos com necessidades especiais. “É muito difícil avançar no sentido das escolas inclusivas se os professores em seu conjunto, e não apenas professores especialistas em educação especial, não adquirirem uma competência suficiente para ensinar todos os alunos.”

Observa-se que, entre professores da educação básica, principalmente nas séries iniciais do ensino fundamental, muitos se encontram em formação, ainda há

professores leigos, professores frutos de uma formação “aligeirada e utilitarista” (Michels, 2006), Percebemos que as séries iniciais do ensino fundamental contam com um grupo de professores bastante heterogêneos em suas formações.

As mudanças necessárias para o acolhimento das crianças com necessidades especiais requerem professores com uma nova visão sobre essa população, um acolhimento que se pautem em princípios éticos, igualitários e solidários. Nesse sentido, Martins (2006), afirma: “O educador ético é reflexivo, analisa os porquês da sua ação, por isso sabe o que faz, para que faz, por que o faz, para o que faz e analisa, seleciona e escolhe os meios de concretizar o seu fazer”.

Torna-se necessário ao professor, já em serviço, refletir sobre sua formação, seu preparo para atuar nessa escola que está para todos. Do professor espera-se que desempenhe de forma adequada sua prática pedagógica e promova de fato uma educação de qualidade, considerando a heterogeneidade do grupo, afirma Freitas (2006).

Não basta receber tais alunos para a mera socialização, o que seria mais uma forma de exclusão, é necessário um atendimento que oportunize o desenvolvimento efetivo de todos, para isso, torna-se primordial que o professor tenha uma prática reflexiva e fundamentada. Que busque capacitar-se, visto que somente a formação inicial pode não ser suficiente para o enfrentamento de questões tão sérias e por vezes difíceis de lidar. O art. 18 das Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica dispõe sobre os professores e sua formação para atuar no contexto inclusivo: “[...] professores capacitados e especializados, conforme previsto no artigo 59 da LDBEN [...] a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura de graduação plena. (BRASIL, 2001, p.77).

Independente de como está a formação do professor, o aluno com NEE continuará chegando às escolas, estejam elas preparadas ou não. Então, devemos refletir o que este aluno estará fazendo na sala de aula e como o professor estará atuando para promover sua aprendizagem, considerando suas características, limitações ou altas habilidades. Estaria este aluno posto no “meio” apenas para socializar-se ou deixado a sua própria sorte, tentando por si só adaptar-se nesse “meio”?

Diante de tais indagações, fica o convite à reflexão acerca dos verdadeiros benefícios gerados com uma inclusão onde o aluno nem sempre terá acesso a uma

educação global de forma a respeitar suas especificidades e suas reais necessidades, principalmente aqueles alunos com maior idade e/ou com limitações mais severas. Desse modo, faz-se necessário a inclusão, porém que esta se faça de forma a trazer uma relação custo benefício onde o aluno seja o verdadeiro objetivo a ser atingido.

2.3. Direitos humanos e educação inclusiva

Incluir todas as diferenças em espaços e oportunidades iguais é fundamental para a plena garantia dos direitos humanos. Dessa forma, garantir esses direitos significa principalmente passar pelo crivo do respeito, onde o que se deve garantir é o melhor para o estudante, dentro de suas possibilidades de desenvolvimento. O local de participação na sociedade, portanto vai depender de questões particulares, individuais visto que o que realmente importa é o bem estar do estudante e suas oportunidades de desenvolvimento pleno e real.

Com isso, o estudante não precisaria se adaptar aos modelos educacionais preestabelecidos, mas ao contrário, esses modelos é que deveriam apresentar uma flexibilidade que permitiria que a escola se adaptasse às necessidades e especificidades desse estudante de modo a realmente inclui-lo no processo de educação. Essa inclusão não pode consistir em nenhum tipo, por mais insignificante que seja, de prejuízo para qualquer estudante. Ao contrário precisa privilegiar e gerar benefícios a todos os participantes desse processo. Assim como a pessoa com deficiência precisa conviver com os demais e vice versa, é preciso que essa convivência seja proveitosa para ambas as partes para a garantia plena dos direitos da pessoa humana.

De acordo com Jacques Delors, (1996) a educação deve organizar-se em torno de quatro aprendizagens fundamentais, que ao longo da vida humana, serão pilares do conhecimento. Tais pilares consistem em aprender a conhecer (adquirir instrumentos de compreensão), aprender a fazer (para poder agir sobre o meio envolvente), aprender a viver juntos (cooperação com os outros em todas as atividades humanas), e finalmente aprender a ser (conceito principal que integra todos os anteriores). Estas quatro vias do saber, na verdade, constituem apenas uma, dado que existem pontos de interligação entre elas. Para que a inclusão real

ocorra é preciso que esses pilares estejam bem definidos e contemplados no processo, pois caso contrário, teremos apenas alunos especiais frequentando classes regulares.

O Currículo em movimento da Educação Básica, no volume dedicado exclusivamente à Educação Especial, prevê uma proposta que difere das práticas tradicionais de Educação Especial que, ao dar ênfase à dificuldade em si, pode propor um currículo limitado e desvinculado da realidade do estudante bem como de sua idade cronológica, contando ainda com um planejamento difuso e um sistema de avaliação precário e indefinido.

A realidade que encontramos nas escolas é, no entanto ainda bastante distante desta real inclusão. Nesse sentido Ferreira (2008), chama a atenção para essa problemática, onde afirma que:

As instituições e organizações privadas de caráter mais assistencial e filantrópico têm detido, na história brasileira, a maior parte das instalações, dos alunos e dos recursos financeiros ligados à educação especial, além de possuir grande influência na definição das políticas educacionais públicas na área. Não são escolas, no sentido estrito, nem como tal têm sido avaliadas: são, por assim dizer, instituições totais, de atendimento múltiplo, nas quais a instrução escolar é um dos vários componentes. Para a população que combina as condições da pobreza e da deficiência, a instituição tende a assumir, de modo precário, um conjunto de demandas de assistência, saúde e, inclusive, formação. Quando o Estado, objetivando reduzir seus gastos, transfere os alunos deficientes para as escolas comuns, esses alunos, ao contrário do que acontece com os gestores públicos, tiveram perdas, pois além de suas limitações físicas ou mentais, tem agora de enfrentar as limitações dos profissionais da educação, que não foram preparados para lidar com essa nova clientela.

Podemos perceber que existe um distanciamento muito grande entre o que deveria ser e/ou funcionar e o que realmente acontece. Percebemos, na prática, uma inadequação das estruturas escolares e despreparo dos profissionais da educação, que muitas das vezes não sabem ao menos como se comportarem diante de tantas diferenças presentes no ambiente de sala de aula. Dessa forma a inclusão não termina no ato da matrícula do aluno especial em uma classe regular, pois é nesse momento em que ela apenas se inicia, com suas dificuldades e grandes desafios.

3. Ações interventivas

As ações interventivas deverão ser feitas no âmbito do Centro de Ensino Especial 01 de Taguatinga, de modo a colher informações que nos revelem as perspectivas de pais, alunos, professores e demais funcionários da escola, no que se refere às possibilidades da inclusão dos alunos maiores de 15 anos às classes regulares de EJA.

Desse modo, as informações serão obtidas através de questionários específicos, direcionados a pais e professores do Centro de Ensino Especial 01 de Taguatinga, de modo a obter informações acerca das expectativas dos pais em relação ao processo educativo de seus filhos, as possibilidades de avanço dentro do Centro ou em escolas regulares, as possibilidades de sucesso ou não no caso de um possível encaminhamento desses alunos à inclusão e as expectativas futuras em relação aos alunos.

Aos professores serão questionadas as vantagens e desvantagens que o Centro pode proporcionar aos alunos maiores de 15 anos, que no caso específico, são atendidos em Classes de Oficinas Pedagógicas Motivacionais, onde recebem toda a manutenção e ampliação pedagógica das habilidades já adquiridas, a preparação para alguma atividade informal passível de remuneração e quando possível, podem ser encaminhados ao mercado de trabalho orientado. Nessa perspectiva deverão ser levantados os benefícios e os prejuízos da educação inclusiva para os alunos dessa faixa etária específica.

Em ambos os casos (pesquisa com pais e professores), haverá questionamentos em relação ao aspecto de segregação atribuído aos Centros, por se entender que esta modalidade de educação especial pode promover o isolamento das diferenças, contribuindo para o preconceito e para com o desrespeito com as diversidades e direitos humanos.

Nos questionários destinados aos professores da área, deverão constar as seguintes questões:

- Como você se sente enquanto professor atuante em um Centro de Ensino Especial? Por quê?
- Você considera os Centros de Ensino Especial como uma forma de exclusão e segregação dos estudantes com deficiência?

- Em quais aspectos você consegue enxergar avanços significativos em seus alunos durante o período em que você trabalha no CEE 01 de Taguatinga?
- De acordo com as especificidades observadas em seus alunos, você considera proveitosa a permanência dos mesmos, no CEE 01 de Taguatinga?
- Em sua opinião, qual a modalidade de ensino mais adequada ao perfil dos seus alunos atualmente, a Educação Especial ou a Educação Inclusiva? Por quê?
- No caso de uma transferência obrigatória dos seus alunos para classes do ensino regular, quais poderiam ser os benefícios e/ou prejuízos oferecidos? Por quê? Em quais aspectos?
- Com base nas atividades por você desenvolvidas em sala de aula, existe algum aluno que poderia obter ganhos significativos no caso de um encaminhamento a uma escola regular? Justifique sua resposta.

No caso dos pais, o questionário abordará as seguintes questões:

- Há quanto tempo o seu filho estuda no CEE 01 de Taguatinga?
- Você se sente satisfeito com o atendimento oferecido ao seu filho no CEE 01 de Taguatinga?
- Seu filho já frequentou uma classe regular de ensino? Se sim, onde você pode notar um maior desenvolvimento de seu filho, no ensino regular ou no ensino especial?
- Você sente seu filho excluído e segregado do convívio com os demais por estudar no CEE 01 de Taguatinga?
- Você gostaria que seu filho fosse encaminhado para uma escola regular? Por quê?
- O que você modificaria na estrutura do CEE 01 de Taguatinga, nos atendimentos oferecidos a seu filho ou no comportamento dos professores?
- Em quais aspectos você percebe avanços significativos em seu filho durante o período em que ele estuda no CEE 01 de Taguatinga?

- Quais as suas expectativas em relação ao desenvolvimento de seu filho considerando os atendimentos oferecidos no CEE 01 de Taguatinga?

A partir dessa pesquisa, deverá se analisar a viabilidade de continuidade ou não dos Centros, bem como promover uma reflexão acerca das formas de inclusão apresentadas na atualidade pelos sistemas públicos de educação. Essa análise deverá ser promovida através de discussões conjuntas com todos os segmentos da escola envolvidos com os alunos relacionados, através de reuniões e participações em audiências públicas que tragam assuntos pertinentes à Educação Especial bem como a temas relevantes da educação pública que podem direta ou indiretamente atingir a esse público alvo da pesquisa em questão.

Todo esse processo deverá ocorrer de acordo com o cronograma seguinte:

Quadro 1- Cronograma

| Data | Ações Interventivas |
|-------|--|
| 25/09 | Entrega dos questionários para professores e pais de alunos do CEE 01 de Taguatinga |
| 28/09 | Recolhimento dos questionários |
| 29/09 | Reunião com pais e professores do CEE 01 para discussão questões abordadas nos questionários |
| 30/09 | Análise das informações obtidas e dos resultados das discussões |

Caso a comunidade escolar envolvida nas discussões se interesse em ampliar essas análises e elaborar propostas conjuntas de intervenção junto aos órgãos competentes ou simplesmente a comunidade como um todo, poderão ser direcionados maiores esforços para que se possa atender às possíveis demandas dessa comunidade, obviamente sempre em consonância com a viabilidade de tais medidas ou projetos.

4. Análise e discussão do processo de intervenção

Sabendo-se que o processo de intervenção transcorreria dentro da conformidade esperada, nos deparamos então com uma realidade, até certo ponto já esperada.

As respostas obtidas através do questionário realizado com professores e pais de alunos do Centro de Ensino Especial de Taguatinga puderam fornecer grandes fontes de estudo e reflexão acerca da Educação Especial e da promoção dos direitos humanos.

Dos 12 professores que atuam na área de Oficina Pedagógica com alunos de idade superior a 15 anos de idade, 11 responderam ao questionário proposto, 01 se encontrava temporariamente afastado por motivos de saúde e nenhum deixou de entregar o questionário ou se recusou a responder.

Quanto aos pais, foram distribuídos 30 questionários, dentre os quais apenas 23 foram devolvidos.

Em relação às respostas dos professores ao questionário proposto, pode-se perceber a unanimidade em relação à satisfação de atuar no Centro de Ensino Especial 01 de Taguatinga e o compromisso assumido que perpassa o aspecto de obrigatoriedade e necessidade de execução da função docente. É claramente percebido nas respostas um apelo sentimental e um envolvimento emocional com a profissão e principalmente com os alunos e seus familiares.

Outra unanimidade em relação aos professores se refere ao aspecto inclusivo do CEE 01, que muitas vezes não se faz percebido por um olhar externo, mas que internamente, com os sujeitos participantes do processo de formação desses alunos pode ser claramente evidenciado, visto que não se trata de um confinamento ou isolamento das diferenças. Ao contrário, segundo a pesquisa, podemos perceber muitos aspectos inclusivos no cotidiano desses alunos, principalmente quanto aos aspectos de interação com o meio externo, o que se faz quase constantemente, e das atividades desenvolvidas dentro da escola de modo a proporcionar oportunidades de aprendizados significativos às suas necessidades.

Quanto aos aspectos relacionados aos avanços significativos observados nos alunos, podemos destacar principalmente aqueles que dizem respeito às

atividades de vida diária, socialização, autonomia, independência nas questões básicas, comunicação, além da aquisição e ampliação de competências cognitivas. Nenhum dos professores entrevistados mencionou a possibilidade de crescimento dos alunos fora da Educação Especial, considerando esta a modalidade mais conveniente ao público em questão e que poderia resultar em maior desenvolvimento dos mesmos. Sabendo que uma transferência obrigatória desses alunos ao sistema regular de ensino se faria necessariamente a uma classe de Educação de Jovens e adultos, os professores não consideraram nenhuma viabilidade durante a pesquisa, visto que a evasão, na opinião da grande maioria seria inevitável. Apenas 1 professor considerou a possibilidade de uma tentativa na inclusão com um de seus alunos. Possibilidade esta que esbarra na idade avançada em que o aluno se encontra (49 anos), podendo ser considerado um fator de desânimo e possivelmente de fracasso na empreitada.

Em relação ao questionário proposto aos pais, a situação é bastante diferente no que diz respeito às opiniões, já que se encontram pautadas em outros níveis de interesses e preocupações.

Dos 23 questionários analisados, foi possível constatar que a todos os pais entrevistados tem seus filhos matriculados no CEE 01 há mais de 20 anos e que se sentem muito satisfeitos com o atendimento oferecido a eles, principalmente no que diz respeito à dedicação dos funcionários da escola e às questões envolvendo a socialização e independência dos alunos no meio externo. Desses 23 entrevistados apenas 6 declararam que seus filhos já tenham frequentado o ensino regular, onde muitos deles afirmaram terem observado avanços significativos na leitura e na escrita, porém a grande maioria relatou o sentimento de insegurança e de discriminação para com os filhos durante esse período, o que foi amenizado com a volta do aluno ao CEE 01.

Um fator unânime entre os pais entrevistados seria a questão de nenhum sentir seu filho segregado ou excluído do meio por estar matriculado no CEE 01, ao contrário, relataram que sentem seus filhos ativos e participativos de atividades significativas dentro e fora da escola, já que os alunos tem a oportunidade de muita visibilidade externa através de apresentações da banda, coral, capoeira, exposições das oficinas pedagógicas, passeios diversos, entre outros importantes a sua socialização e que não permitem essa segregação.

Apenas 2 pais declararam o desejo de que seu filho fosse encaminhado para uma classe regular de ensino, alegando um deles que gostaria que o filho fosse alfabetizado e o outro questionando os avanços obtidos depois que o filho foi encaminhado ao CEE 01 e afirmando que tudo o que o aluno aprendeu tenha sido no ensino regular e não no ensino especial. Os demais pais não vislumbram esse encaminhamento, ora porque estão satisfeitos com o trabalho do CEE 01, ora porque temem uma verdadeira segregação no ensino regular. Temem ainda que seus filhos possam ficar a margem do processo de ensino aprendizagem e principalmente que sejam discriminados por outros alunos ou professores, além de não enxergarem possibilidades de avanços fora do CEE 01 devido à idade avançada dos alunos.

A maioria dos pais reclama da falta de estrutura física da escola e principalmente da falta de acessibilidade, o que gera muitos riscos aos alunos com dificuldades de mobilidade. Reclamam ainda do número bastante significativo de licenças médicas dos professores e a constante falta de professores substitutos, o que gera muita tensão, ansiedade e mudanças bruscas de rotina para os alunos, fator complicador no desenvolvimento da grande maioria.

As expectativas dos pais em relação ao desenvolvimento dos filhos no CEE 01 são bastante variadas. Alguns esperam que o filho aprenda a ler e escrever, outros gostariam apenas que o filho fosse capaz de assinar o nome na carteira de identidade e a grande maioria pretende que o filho seja encaminhado ao mercado de trabalho ou ao menos aprenda uma atividade manual que possa ser utilizada como fonte de renda.

Na reunião proposta, que contou com 8 professores e 16 pais de alunos, tivemos a oportunidade de discutir o desenvolvimento dos estudantes sob os diferentes pontos de vista e principalmente sob duas diferentes expectativas quanto ao desenvolvimento dos mesmos, leitura e escrita e encaminhamento para o mercado de trabalho.

Podemos afirmar que os professores tendem a ter uma visão mais centrada e realista das possibilidades dos alunos, enquanto que os pais se prendem em possibilidades pouco prováveis de se tornarem reais. Foi questionada por parte dos pais, a questão da expectativa da alfabetização dos alunos e do encaminhamento ao mercado de trabalho ou a aprendizagem do artesanato com a autonomia que o possibilite a utilização do mesmo como trabalho e fonte de renda.

Em contra partida, os professores tiveram a oportunidade de defender seus objetivos para com o desenvolvimento dos alunos de modo a favorecer as questões básicas, essenciais ao início de qualquer processo de alfabetização formal ou de aquisição de competências mínimas para o encaminhamento ao mercado de trabalho. Dessa forma, foram expostos por professores os reais estágios que cada aluno se encontrava, de modo a esclarecer a inviabilidade de iniciação ou avanço no processo de alfabetização desse aluno, de modo a esclarecer a necessidade dos pré-requisitos mínimos necessários para tal processo.

A reunião, apesar da ocorrência de muitos debates, pode transcorrer de forma harmoniosa e principalmente proveitosa, já que oportunizou esclarecimentos de professores quanto aos objetivos das mais diversas atividades desenvolvidas, bem como pode perceber os anseios, dúvidas e expectativas vivenciadas pelos pais dos alunos.

Depois de toda a pesquisa realizada, pode-se perceber que ainda há uma grande inviabilidade no processo de inclusão em alguns casos específicos. No caso de alunos menores as possibilidades de inclusão podem e devem consistir numa realidade cada vez maior, visto que é preciso apenas a preparação do sistema como um todo para agregar esses alunos verdadeiramente no ensino regular. Já no caso dos alunos maiores de 15 anos, que já seriam enquadrados na Educação de Jovens e Adultos, a situação é muito mais complexa devido ao histórico apresentado por cada um deles.

Levando-se em conta a história de vida de cada um desses alunos, conseguimos reunir as bases necessárias a uma profunda reflexão acerca do assunto. São alunos de uma geração bem diferente da que temos nos dias atuais e que passaram pelos mais diversos tipos de situações em relação à educação especial. Muitos foram diagnosticados após os 10 anos, com base inclusive nas sucessivas reprovações na primeira série. Outros, diagnosticados desde cedo, nunca foram aceitos no ensino regular, seja por sua mobilidade reduzida, seja pela falta de profissionais qualificados para atender esse aluno. Muitos que passaram pela estimulação precoce, no próprio CEE 01, nunca saíram da escola por não apresentarem as mínimas condições de encaminhamento ao ensino regular. E ainda, muitos foram atendidos inicialmente no CEE 01, encaminhados para a inclusão num certo momento de suas vidas e, findando as possibilidades de crescimento cognitivo, foram devolvidos à educação especial, onde permanecem até

os dias atuais, sem nenhuma perspectiva de retorno a uma nova experiência no regular.

Com base em todos os dados e informações oportunizados pela pesquisa, podemos perceber que o processo de inclusão ainda se encontra bastante distante do que deve realmente contemplar. Quando vemos a real impossibilidade de uma inclusão desses alunos especificamente, percebemos o quanto o conceito ainda consiste em uma utopia.

Obrigar uma inclusão nesses casos, pode se tornar uma atitude cruel que em nada promove os direitos humanos, muito ao contrário, pois, retira desse aluno o direito de se desenvolver conforme suas necessidades e num ambiente que mais lhe favorece enquanto pessoa humana. Um indivíduo que já foi alvo de inúmeras experiências frustradas acerca das mais variadas modalidades de ensino, precisa chegar a um momento de tranquilidade, com expectativas reais de desenvolvimento e com a possibilidade de atividades que promovam a sua integração com o meio, adaptadas às suas necessidades.

Quando o texto da constituição coloca o atendimento do estudante especial em classes regulares, o faz em caráter preferencial e não obrigatório, abrindo neste ponto, um parentese para determinados alunos cujo modelo da educação inclusiva ainda não seja o ideal. Os alunos maiores de 15 anos do CEE 01 de Taguatinga são um exemplo nítido disso. Poucos são os estudantes que conseguimos imaginar num processo de inclusão, visto o grau de comprometimento e de especificidades observadas.

Fazer a inclusão e fazer com que ela dê certo é um papel docente de caráter obrigatório e inadiável, porém é necessário um pouco mais de reflexão e estudos aprofundados em casos específicos, para que não sejamos responsáveis pela promoção de danos irreversíveis a qualidade de vida da pessoa enquanto ser humano. Não há promoção dos direitos humanos quando retiramos dessa pessoa o direito de se desenvolver e se relacionar da forma que lhe for mais proveitosa, assim como não há direitos humanos se esses direitos não são respeitados. É preciso ouvir as partes envolvidas e fazer uma profunda análise com base na realidade e não com base somente em teorias que nem sempre são pautadas em esquemas reais de convivência.

5. Comentários finais

A pesquisa foi realizada a partir da motivação exercida pelo convívio diário com as angústias de pais, alunos e professores do CEE 01 a respeito da incerteza do futuro em relação à continuidade dos atendimentos oferecidos aos alunos com necessidades especiais maiores de 15 anos. Desse modo, a pesquisa buscou quantificar e ao mesmo tempo qualificar essas angústias de modo a organiza-las de forma concreta, com embasamento crítico e teórico, para que a partir de então, pudéssemos viabilizar propostas que visem a busca de soluções e/ou aprimoramento da educação especial desses alunos em particular.

Ao longo do processo as dificuldades obviamente foram percebidas, porém em nenhum momento se mostrou evidente a ponto de inviabilizá-la. Dentre as dificuldades vividas, uma que limitou de certo modo o decorrer do trabalho, foi a não entrega do questionário por parte de alguns pais por motivos diversos. Em contrapartida, aqueles que foram entregues puderam servir de subsídios para muitas reflexões com base nos mais variados pontos de vista. A reunião realizada também poderia ser mais proveitosa no sentido da troca de opiniões e quem sabe na ampliação dos temas a assuntos abordados, se contasse com um número mais expressivo de pais e professores, pois além de consistir uma ótima oportunidade de esclarecimentos acerca das metodologias utilizadas com os diferentes alunos da escola, bem como dos objetivos propostos com cada aluno dentro de cada realidade, consistiu também um momento de troca de opiniões e de conhecimento das expectativas individuais em relação ao processo de desenvolvimento dos alunos.

As discussões foram tão proveitosas que pais e professores demonstraram claramente intenção em dar continuidade a elas de modo a abranger a cada dia um número maior de pessoas, oportunizando esclarecimentos e adaptações necessárias a todos os segmentos.

Certamente esbarramos em limites inevitáveis, visto que nossa ação é limitada, porém, a partir das discussões podemos ao menos, desenvolver consciências mais críticas de uma realidade ainda tão preconceituosa. Mudar uma situação estrutural do sistema de educação, em nenhum momento consistiu o objetivo da pesquisa. A pesquisa vislumbrou apenas as discussões acerca da

viabilidade ou não do processo de inclusão dos alunos em questão que ora tanto se fala. Dessa forma, podemos afirmar que os objetivos foram plenamente alcançados.

A experiência enquanto pesquisadora foi algo único e fantástico, pois proporcionou uma reflexão acerca do que cada um imagina do trabalho desenvolvido na escola, o que muitas vezes nos passa despercebido, não sendo utilizado para o aprimoramento da prática pedagógica, objetivo principal de uma instituição escolar. Desse modo, a pesquisa apresenta uma relação muito consistente com o curso já que procura privilegiar e aprimorar a educação destinada às pessoas com necessidades especiais, pessoas estas ainda tão excluídas da sociedade e segregadas muitas vezes do convívio social, além de não consistir uma prioridade no sistema educacional atual. A pesquisa procurou mostrar a importância de uma atenção especial com a inclusão, mas não somente aquela inclusão que apenas coloca o aluno em uma classe regular, mas sim a inclusão plena, sem limites sociais, sem as amarras do preconceito e de modo a propor uma educação mais justa e adequada ao aluno, não privilegiando apenas a adequação da modalidade aos novos padrões educacionais impostos pela sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, LDBEN nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial - Secretaria de Educação Básica. *Parâmetros curriculares nacionais: adaptações curriculares*, 1998.

_____. Ministério da Educação. *Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica*. Secretaria de Educação Especial - MEC, SEESP, 2001.

_____. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos/Ministério de Educação/Ministério de Justiça/UNESCO, 2006a.

_____. Ministério da Educação. *Saberes e práticas da inclusão: recomendações para a construção de escolas inclusivas*. SEESP/MEC – Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006b.

_____. Ministério da Educação. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC/SEESP, 2008a.

_____. Ministério da Educação. *Conferência Nacional da Educação Básica: Documento Final*, 2008b.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. *Resolução nº 4, de 02 de outubro de 2009*. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial, 2009.

CORDE. *A convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência Comentada*/ Ana Paula Crosara e Flávia Maria de Paiva Vital (Coord.) Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 2008.

COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús. *Desenvolvimento psicológico e educação. Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais*. v.3. Porto Alegre: Artmed, 2004.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. *Enquadramento da ação: necessidades educativas especiais*. In. Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais. Acesso e Qualidade – UNESCO. Salamanca/Espanha: UNESCO, 1994.

FERREIRA, Júlio Romero. *Educação especial, inclusão e política educacional: notas brasileiras*. In: RODRIGUES, David(org.). *Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva*. São Paulo: Summus, 2006.

DELORS, Jacques (Coord.). Os quatro pilares da educação. In: *Educação: um tesouro a descobrir*. São Paulo: Cortez, 1996.

PADILHA, Paulo Roberto. *Currículo Intertrancultural: novos itinerários para a educação*. São Paulo: Cortez, 2004.

MICHELS, Maria Helena. *Gestão, formação docente e inclusão: eixos da reforma educacional brasileira que atribuem contornos a organização escolar*. Revista Brasileira de Educação. Set./ dez. 2006.